

**Você Foi
Enganado**

Chico Otavio & Cristina Tardáguila

Você Foi Enganado

**Mentiras, exageros e contradições
dos últimos presidentes do Brasil**



Copyright © 2018 by Chico Otavio e Cristina Tardáguila

PREPARAÇÃO
Kathia Ferreira

REVISÃO
Victor Almeida
Laís Curvão

REVISÃO TÉCNICA
Carlos Fico
Mário Magalhães

CAPA
Túlio Cerquize

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Ilustrarte Design e Produção Editorial

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

T188v

Tardáguila, Cristina
Você foi enganado / Cristina Tardáguila, Chico
Otavio. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Intrínseca, 2018
288 p. : il. ; 21 cm.

ISBN 978-85-510-0387-9

1. Brasil - Política e governo. 2. Presidentes -
Brasil - Eleições. I. Otávio, Chico. II. Título.

18-51197

CDD: 321.8042

CDU: 328.132.7

[2018]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA INTRÍNSECA LTDA

Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar

22451-041 – Gávea

Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br

*Para Clara e Bernardo,
que me alegram como ninguém.
Para minha mãe, Ana, por ser uma verdadeira
fortaleza e estar sempre por perto.
Para David, a quem quero
do meu lado todas as manhãs.*

CRIS

*Para Hilda, Constança e Beatriz
— as mulheres da minha vida.*

CHICO

SUMÁRIO

Introdução 9

FIGUEIREDO 25

TANCREDO 55

SARNEY 89

COLLOR 115

FHC 143

LULA 167

DILMA 195

TEMER 217

Epílogo 243

Notas 247

Siglas citadas 273

Referências bibliográficas 277

Créditos das imagens 281

Agradecimentos 283

INTRODUÇÃO

Sim. Você foi enganado. Aproveitando-se de sua boa-fé, os políticos do Brasil têm usado a mentira como um instrumento de conquista e manutenção de poder. E a farsa com finalidade política não segue ideologias nem é recurso restrito a determinados partidos — tem sido utilizada por conservadores, moderados, progressistas e ditadores. Não foi casual a escolha do ano eleitoral de 2018 para colocar no mercado editorial brasileiro esta obra. Composto por algumas das muitas histórias que envolvem mentiras, exageros e contradições que marcaram a vida política do país no último século, este livro é uma tentativa de tornar os eleitores mais atentos e preparados para as decisões que deverão tomar diante das urnas. Afinal de contas, as mentiras nunca saíram — nem sairão — de cena.

Ao longo de oito capítulos, esmiuçamos momentos em que candidatos à Presidência da República, presiden-

tes eleitos — tanto de forma democrática quanto de forma indireta — e vice-presidentes recorreram a informações enganosas para obter vantagens. Em seus projetos de poder, sustentaram opiniões, defenderam políticas, desenvolveram planos de interesse pessoal, travestiram de combate à corrupção determinadas decisões, manipularam índices e dados econômicos e até ocultaram informações sobre suas condições de saúde para derrotar adversários e angariar apoio. Foram momentos em que a verdade passou longe e o diálogo franco — base de uma política transparente e de qualidade — não foi exercido. É verdade que às vezes a mentira sopra a favor de seus autores. Às vezes, contra. E é fato que a farsa, premeditada ou não, tem sido vetor decisivo nos rumos do país.

Não há como datar a mentira inicial na política brasileira, mas 1921 parece um bom ano para começar a narrar histórias sobre o tema. Era um momento de instabilidade entre as elites que controlavam o país, governado por Epiácio Pessoa. A disputa pelo poder central já rachava o Brasil em função das eleições no ano seguinte. De um lado, estavam os mineiros e os paulistas, que apoiavam a indicação de Artur Bernardes, então presidente de Minas Gerais, para a Presidência da República. De outro, alinhavam-se os gaúchos, os cariocas, os baianos e os pernambucanos, que queriam ver Nilo Peçanha no comando do Brasil. O ex-presidente marechal Hermes da Fonseca presidia o Clube Militar e tinha grande protagonismo na vida pública nacional.

Assim, causou alvoroço a edição dominical de 9 de outubro de 1921 do *Correio da Manhã*, que estampou

na página 2 uma carta de conteúdo agressivo, atribuída a Artur Bernardes, que atacava abertamente o Clube Militar e seu dirigente. “Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargentão sem compostura, aos seus apaniguados, e de tudo que nessa orgia se passou.”¹ O uso dos termos “sargentão” e “orgia” deixou a sociedade boquiaberta. Escrita à mão, com timbre do governo de Minas, a carta era dirigida ao senador mineiro Raul Soares, muito amigo de Artur Bernardes, e não se resumia a um ataque frontal às Forças Armadas, sob o comando do presidente Epi-tácio Pessoa. Cobrava providências imediatas: “Espero que [o senhor, senador Soares] use com toda energia, de acordo com as minhas instruções, pois esse canalha [Hermes da Fonseca] precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina.” Era política pura. Briga eleitoral na veia.

Quatro dias depois, em 13 de outubro, o *Correio* publicou uma segunda carta atribuída a Artur Bernardes. Dessa vez, o alvo era o presidenciável Nilo Peçanha. Para o autor do texto, Peçanha não passava de um “moleque capaz de tudo”.² E a sociedade ficou chocada novamente. As agressões incendiaram de tal forma o debate político que Epi-tácio Pessoa decidiu que fecharia o Clube Militar. O episódio, somado a outros atritos, enfureceu os oficiais e levou a ações como a que ficou historicamente conhecida como 18 do Forte: em Copacabana, no Rio de Janeiro, um grupo se rebelou contra a República Velha, pedindo o fim do domínio das oligarquias e a instalação de um novo sistema político no Brasil.

A eleição de 1922 seria vencida por Artur Bernardes. Empossado em novembro, ele era, aos olhos de seus adversários, a encarnação dos vícios da Primeira República.³ E, embora jurasse jamais ter escrito os textos publicados no *Correio*, carregava contra si o ódio dos oficiais. Artur Bernardes governou o Brasil com mãos de ferro. Reprimiu a Revolução Paulista de 1924 e a Coluna Prestes. Decretou várias vezes estado de sítio, cerceando a liberdade de imprensa e boicotando o poder dos governos estaduais, sobretudo os que lhe eram críticos. Seu grau de virulência, porém, jamais alcançou o tom hostil das polêmicas cartas. E havia uma razão irrefutável para isso: elas não foram escritas por ele.

No dia 24 de março de 1922, um dos falsários, Jacinto Cardoso de Oliveira Guimarães, sentara-se diante de três advogados e um tabelião e confessara ter sido um dos autores daqueles textos explosivos.⁴ Era grafólogo. Disse que contara com a colaboração de três pessoas que ficariam para sempre nos bastidores da história. Oldemar Lacerda fora o responsável por obter o papel com o timbre do governo de Minas Gerais numa visita que fizera às oficinas da Imprensa Oficial do estado. Eduardo Fonseca Hermes, sobrinho do ex-presidente Hermes da Fonseca, roubara uma carta original escrita por Artur Bernardes para que Jacinto pudesse copiar a grafia.⁵ Pedro Burlamaqui levava o papel para o Rio de Janeiro, cidade onde a fraude seria consumada. Ao usar as cartas como munição eleitoral, o grupo se tornou um dos primeiros produtores de *fake news* da nossa Repú-

blica. Oldemar Lacerda morreria quase esquecido em 22 de abril de 1945, no Asilo da Velhice Desamparada, em São Luís do Maranhão. A moda de produzir documentos falsos contra adversários já havia fincado raízes no Brasil.

Em setembro de 1937, outra farsa surgiria em forma de documento, dessa vez a favor do poder vigente. Naquele ano, as forças políticas se mobilizavam para a eleição de 1938. Havia grande expectativa com relação ao fim do ciclo revolucionário de 1930 e à volta da normalidade institucional. Assim, esperava-se que Getúlio Vargas passasse a faixa presidencial ao candidato eleito. Só que Vargas não tinha a menor intenção de deixar o cargo e uma de suas primeiras providências tão logo assumiu o governo foi fazer com que chegasse à imprensa um texto supostamente escrito por um agente comunista. O Plano Cohen, como o documento ficou conhecido, sugeria que o Brasil vivia sob a ameaça de infiltração comunista e que isso resultaria em um conflito nos moldes do Levante de 1935, ou “Intentona Comunista”, como o governo nomeou o episódio. O texto, divulgado também pelas rádios, continha um “hipotético esquema de subversão comunista”⁶ atribuído à Internacional Comunista. Em 30 de setembro de 1937, quando o ministro da Justiça, José Carlos Macedo Soares, participou do *Programa nacional*, noticiário transmitido para todo o país, e afirmou ter “a prova de um ataque planejado, em grande escala, dos comunistas contra as instituições”, foi dado o pretexto para Getúlio permanecer no poder.⁷

O Plano Cohen não passava, na verdade, da tradução de um artigo em francês feita pelo então capitão Olímpio Mourão Filho para a Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de cunho fascista criado em 1932 cujo serviço secreto era chefiado por ele. Segundo Mourão Filho (personagem que voltaria à história brasileira anos depois, durante o golpe militar de 1964), o objetivo era simular um plano comunista de tomada de poder. O documento, no entanto, casava com os propósitos políticos do presidente brasileiro. Embalado pelo temor das elites ao chamado “perigo vermelho”, no dia 10 de novembro de 1937 Vargas mandou a Polícia Militar fechar o Congresso Nacional e discursou na rádio Nacional, que três anos depois seria estatizada e transformada em porta-voz oficial de seu governo:

— Quando as competições políticas ameaçam degenerar em guerra civil, é sinal de que o regime constitucional perdeu seu valor prático.

Em seguida, anunciou o golpe do Estado Novo, regime ditatorial nos moldes nazifascistas que implicava fechamento de partidos, restrição às liberdades individuais e meios de comunicação sob tutela do Estado. Ao terminar o discurso que eliminaria a democracia do Brasil até outubro de 1945, Vargas manteve seu plano pessoal para aquela noite: reuniu a família e saiu para jantar. Passou horas numa recepção oferecida pelo embaixador da Argentina, Ramón Cárcano, agindo como se nada tivesse acontecido.⁸

Essa segunda farsa envolvendo documentos foi desmascarada em 1945 pelo general Góes Monteiro, ex-mi-

nistro da Guerra do ditador. De acordo com ele, o Plano Cohen fora entregue ao Estado-Maior do Exército por Olímpio Mourão Filho e nunca consistira ameaça real. Diante da revelação, o então capitão reconheceu a autoria do documento, contudo disse que se tratava de uma “simulação de insurreição comunista para ser usada estritamente no âmbito interno da AIB”, sem a intenção de fraude.⁹ De todo modo, a patuscada fora mais do que perfeita para os planos de Vargas.

Quase três décadas depois, na madrugada de 31 de março de 1964, o mesmo Mourão Filho, já general, colocaria tropas na estrada para combater mais uma vez o fantasma do comunismo.¹⁰ Na condição de comandante da 4ª Divisão de Infantaria, sediada em Juiz de Fora (MG), deslocou seus soldados para o Rio de Janeiro e deu início ao golpe que derrubaria o presidente da República, João Goulart, o Jango. Visto nos quartéis como um disfarçado líder comunista, Jango não inspirava confiança nos militares nem em setores da sociedade. Mas, de vermelho, bastavam as vestes de Mourão Filho, pois antes de sair de casa para liderar a tropa, o general fez o seguinte registro em seu diário: “Eu estava de pijama e roupão de seda vermelho. Posso dizer com orgulho de originalidade: creio ter sido o único homem no mundo (pelo menos no Brasil) que desencadeou uma revolução de pijama.”¹¹

Dessa forma, pode-se dizer que o medo do comunismo produziu pelo menos dois golpes políticos no Brasil, ambos marcados por manobras de informação. O primeiro foi o falso Plano Cohen, que empurrou

para dezembro de 1945 as eleições de 1938, abrindo espaço para a instauração da ditadura do Estado Novo. O segundo, em 1964, que levou o país a 21 anos de regime militar, o maior período de exceção da história do Brasil. Esses dois episódios se prestaram a trapaça idêntica: cancelar eleições e instalar ou radicalizar uma ditadura. No discurso de posse como primeiro presidente do regime militar, em 15 de abril de 1964, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco se comprometeu a realizar eleições gerais no ano seguinte. Mas só em 1989 os brasileiros voltariam a eleger seu presidente.

Em 1970, a ditadura militar estava no auge de uma luta interna contra a esquerda armada e outros ditos inimigos do país quando o deputado Humberto Lucena, líder da oposição na Câmara, pediu ao general-presidente Emílio Garrastazu Médici que apurasse “as sucessivas denúncias de violências cometidas contra as pessoas dos presos”. À medida que os casos de tortura cresciam nas masmorras, irrompia também uma campanha internacional contra os abusos praticados pelo regime. Cobrados, os militares diziam-se vítimas de difamação. No dia 9 de maio de 1970, o Palácio do Planalto respondeu ao pedido do deputado por intermédio de uma nota oficial. Foi taxativo: “Não há tortura em nossas prisões. Também não há presos políticos. (...) Essa intriga, na sua desfaçatez, busca gerar discórdia entre nações democráticas, amigas e aliadas, estancar o fluxo de investimentos no país, em uma palavra, enfraquecer o Brasil

e, com isso, enfraquecer a comunidade de nações livres. Provém, inequivocamente, de grupos esquerdistas, inclusive infiltrados em órgãos estrangeiros e em agências internacionais que, muito bem dirigidos por chefia perfeitamente identificada, agem em uníssono, nos vários quadrantes do globo.”¹²

Dois dias depois da publicação da nota, uma equipe da Operação Bandeirante (Oban), um dos mais ativos centros de tortura do país — na rua Tutoia, bairro do Paraíso, São Paulo —, prendeu o geólogo Marcos Penna Sattamini de Arruda, de 29 anos. Marcos passou as doze horas seguintes pendurado em um pau de arara. Enquanto lhe aplicavam choques elétricos, um dos torturadores observou:

— Veja só, ele está soltando faíscas.¹³

Marcos tinha deixado o emprego de professor para trabalhar como operário de uma fábrica em São Paulo, ganhando salário mínimo, e fora acusado de mudar de profissão para integrar os quadros da organização guerrilheira Resistência Democrática (Rede). Em uma das sessões de tortura teve uma convulsão e perdeu temporariamente a fala, assim como os movimentos de uma perna e da pálpebra direita. Os oficiais passaram a chamá-lo de “Frankenstein”.¹⁴ Em 2014, décadas depois, em depoimento ao grupo Justiça de Transição, criado pelo Ministério Público Federal para investigar os crimes do regime militar, Marcos disse que militava, na verdade, na Ação Popular (AP) — organização de esquerda originalmente ligada à Igreja Católica —, e que a família só localizou seu paradeiro 24 dias depois de

seu desaparecimento. Seus familiares ainda precisaram aguardar três meses para revê-lo.

Na época, a mãe do geólogo, Lina Penna Sattamini, escreveu uma carta em tom de desabafo ao ministro da Justiça, Alfredo Buzaid: “Por vias não oficiais, soubemos que Marcos havia sido barbaramente torturado, em grupo ou só, e, quando não resistiu mais, entrando em convulsões, amarraram-no e o fizeram presenciar a tortura dos outros.”¹⁵ E continuava: “Senhor ministro, meu filho está inválido. A perna esquerda paralisada, sem ação. A pálpebra direita fechada e a esquerda entreaberta. Sofre movimentos convulsivos do tórax, engole com certa dificuldade e pronuncia todos os erres dobrados, como um francês.”¹⁶ Mas Médici negava a existência de tortura no país.

Também em 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) — instituída por lei de 18 de novembro de 2011 para apurar os crimes contra os direitos humanos ocorridos no âmbito político brasileiro entre 1946 e 1988 — concluiria, em seu relatório final, que houve 421 mortes e/ou desaparecimentos de vítimas durante a ditadura militar (1964-1985). Dessas pessoas, 210 continuavam desaparecidas quando o documento final foi publicado. No texto também foram relatados centenas de casos de tortura no período investigado. O de Marcos chama atenção pela história das faíscas saindo de seu corpo,¹⁷ porém é apenas mais um.

Ao redor do mundo, a mentira como instrumento é igualmente dominante. Em 2003, o americano John J.

Mearsheimer, professor de Ciência Política na Universidade de Chicago, dedicou-se a estudar os tipos de mentira e seus impactos sobre a política internacional. Queria saber por que a mentira existia, que benefícios ou malefícios trazia, em que circunstâncias costumava aparecer e, sobretudo, se ela, de alguma forma, valia a pena. Por oito anos, coletou exemplos de informações falsas contadas por presidentes, primeiros-ministros, reis e diplomatas nos quatro cantos do planeta, narrando cada caso num pequeno livro publicado em 2011 pela Oxford University Press. Com pouco mais de cem páginas, *Why Leaders Lie: The Truth About Lying in International Politics (Por que os líderes mentem: toda a verdade sobre as mentiras na política internacional*, editora Zahar, 2012) fez tanto sucesso que levou Mearsheimer a dar palestras em diversos países e escrever sucessivos artigos sobre o assunto. Para o autor, os líderes políticos — independentemente de estarem à esquerda, à direita ou ao centro, de serem homens ou mulheres, chefes de Estado ou de Governo — “costumam mentir bem mais para seu próprio povo” do que para outros líderes mundiais.¹⁸

Assim como fizemos nesta obra, Mearsheimer reuniu as mentiras em grupos. E encontrou três. O primeiro é a mentira clássica, que ocorre quando um líder político diz algo falso ciente da farsa e espera que os demais — em geral seus liderados — acreditem na informação como se fosse a mais pura verdade.¹⁹ A ideia por trás dessa artimanha é uma só: ganhar vantagem, sair na frente. Nesse grupo estão as informações totalmente

inventadas, os números e fatos fictícios, bem como as mentiras em formato de negação. No dia 6 de agosto de 1934, por exemplo, o austríaco Adolf Hitler falou sobre a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) em entrevista ao jornal *Daily Mail* e disse o seguinte: “No que depender da Alemanha, não haverá outra guerra. Este país tem a mais profunda certeza do mal causado pelas guerras. Na nossa opinião, os problemas que a Alemanha tem hoje em dia não podem ser resolvidos com mais uma.”²⁰ Em setembro de 1939, entretanto, Hitler ordenaria a invasão da Polônia e levaria o planeta à Segunda Guerra Mundial.

O segundo tipo de mentira identificado por Mearshimer é a distorção. Ela acontece, de acordo com o especialista, quando o líder opta por enfatizar os fatos a seu favor, ignorando ou minimizando os que são contra seus interesses. Como se sabe, uma praxe na política que, em miúdos, significa jogar luz sobre os dados positivos na tentativa de tirar do foco o que é desfavorável ou desagradável. Consideremos, por exemplo, a Cuba de Fidel Castro e o esforço de seu governo para destacar a melhoria no setor de saúde e o incentivo aos esportes nacionais, em detrimento de qualquer menção à falta liberdade de expressão na ilha.

A terceira e última categoria seria a ocultação: ocorre quando o líder político omite um fato ou permanece no mais profundo silêncio diante de uma evidência que não lhe interessa destacar. Pense, por exemplo, nas vezes em que diante de microfones e repórteres os poderosos recorreram à expressão “sem comentários” para não co-

mentar um assunto. É o silêncio da ocultação. O “nada a declarar” marcou para sempre, por exemplo, a história do ministro da Justiça do governo Geisel, Armando Falcão,²¹ que costumava dar essa resposta a qualquer pergunta que lhe fizessem. Pense agora em todas as vezes que você achou que o político estava doente, mas ele negou publicamente essa condição, embora não parecesse nada saudável. É a ocultação correndo solta.

Nas três categorias definidas pelo especialista americano, o objetivo é impedir que as pessoas conheçam a verdade e compreendam o pano de fundo de determinada situação. Curiosamente, segundo o professor, a distorção e a ocultação costumam ser mais bem aceitas, mais toleradas e até perdoadas pela população em geral. Já a mentira clássica é vista com maus olhos por todos os setores. Implica graves riscos para o político e pode jogar por terra todo um projeto eleitoral. Por isso Mearshheimer se dedicou mais a seu estudo. Dentro desse grupo encontrou algumas subcategorias: as mentiras que amedrontam (que semeiam pânico para permitir que os poderosos avancem com projetos pessoais); as estratégicas (usadas para distrair o eleitor); as nacionalistas (de tom excessivamente patriótico e às vezes fanático); as antidemocráticas (que desrespeitam leis e direitos humanos); as de ataque (que ferem outras nações e raças); e, por fim, as desprezíveis, fabricadas com interesse unicamente pessoal.

Em geral, diz o professor, nenhuma dessas mentiras costuma trazer benefício público e são mal recebidas pela população quando amplamente expostas.

Todos os casos citados no parágrafo anterior são conhecidos dos brasileiros. Em 2009, por exemplo, depois de diversas denúncias, a então presidente Dilma Rousseff reconheceu que não tinha concluído os cursos de mestrado e doutorado em Ciências Econômicas na Universidade de Campinas (Unicamp). Seu currículo oficial, contudo, mostrava essa informação.²² Um caso de mentira clássica desprezível, dentro do espectro de opções de Mearsheimer.

Nas próximas páginas você encontra o resultado de um trabalho de apuração e levantamento de dados históricos, realizado de setembro de 2017 a abril de 2018. Com a ajuda de historiadores, economistas e cientistas políticos, selecionamos diversos momentos e situações em que os presidentes e os políticos mais recentes do Brasil abertamente enganaram os cidadãos — seja mentindo, exagerando, ocultando, distorcendo ou se contradizendo. Haveria, com toda a certeza, dezenas de outros casos a serem examinados nos últimos cem anos de nossa história. Os que apresentamos aqui são os que mais nos chamaram a atenção e os que são, segundo os especialistas consultados, inegavelmente comprovados como distorções que impactaram o futuro do Brasil. Reunimos casos antigos e eventos recentes. Fizemos paralelos com situações internacionais. Tentamos — em todos os capítulos — ouvir os citados. Sempre.

Sabemos que a mentira é algo intrínseco à política, que faz parte dela há tempos e que continuará a existir.

Mesmo assim, ou justamente por isso, acreditamos que é necessário ajudar os eleitores, alertá-los para o fato de que devem duvidar daquilo que escutam, leem e veem, ainda mais em tempos de hiperconectividade. A política move paixões. Este livro, também. Boa leitura.